

## NO CONGRESSO NACIONAL EM ESPINHO

# CNA apresentou 10 medidas contra a crise na agricultura

No plenário participaram mais de 2500 delegados, além de dezenas de convidados nacionais e estrangeiros, onde foram aprovados vários documentos com as análises, as propostas e reclamações da CNA, que “constituem importante contribuição para acudir aos graves problemas da lavoura e dos nossos agricultores”.

Face à crise aguda que vivem a agricultura familiar e o mundo rural, que a CNA considera “a pior dos últimos trinta anos”, o congresso considerou que “não haver tempo a perder”, pelo que “o Governo tem que tomar um conjunto de medidas de emergência ou a situação vai agravar-se ainda mais e

rapidamente com graves consequências sociais, económicas e ambientais”.

Entre as “10 Medidas de Emergência” que a CNA preconiza, destaque para a necessidade da “intervenção do Governo para garantir o escoamento a melhores preços na produção para o leite e para a carne; o aumento do “benefício fiscal” (desconto) para o gasóleo agrícola e reposição da ajuda à electricidade verde ao nível de 2005 (40% de desconto); o combate à “ditadura” das grandes superfícies comerciais que promovem a enxurrada das importações e que manipulam os preços; o pagamento das dívidas do Estado aos agricultores e à lavoura; a isenção temporária do

A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) realizou em Espinho o VI Congresso Nacional, que contou com a presença do Ministro da Agricultura, António Serrano, na sessão de abertura



pagamento das contribuições mensais dos agricultores para a Segurança Social: a criação de linhas de crédito altamente bonificado e a longo prazo (de 10 a 20 anos) para o desendividamento e para o investimento nas explorações agrícolas e nas Cooperativas; a avaliação criteriosa da situação das doenças e pragas nos animais e nos vegetais – com destaque para a “língua azul” e para o nemátodo; a reformulação do Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR) de forma a apoiar, prioritariamente, as explorações agrícolas familiares, a produção nacional e a floresta de uso múltiplo; a alteração da nova Lei do Arrendamento Rural e do Código Florestal de forma a defender os interesses dos rendeiros e dos produtores florestais. Por último, nas negociações sobre a Política Agrícola Comum (PAC), a CNA defende que o Governo português deve garantir o aumento, para o nosso País, das “quotas” e direitos de produção bem como o aumento das verbas comunitárias destinadas à agricultura portuguesa.

A CNA considera até que sem a rápida aplicação de pelo menos grande parte destas medidas, a lavoura vai continuar a acumular problemas e dificuldades. ◀◀

## NO CONGRESSO DA CNA

### Ministro anuncia fim da modulação voluntária

*O ministro anunciou em Espinho que os agricultores portugueses vão ficar isentos da modulação voluntária, que os obrigaria a entregar ao Estado uma percentagem das suas ajudas directas, e que o novo acordo com a União Europeia “é bom para Portugal e para os seus agricultores, que estariam sempre na expectativa de saber se a medida ia ser aplicada, o que, a verificar-se, seria muito prejudicial para o seu rendimento”.*

*António Serrano defendeu que “num momento de crise económica, não faria sentido que o agricultor estivesse a ser penalizado com mais essa redução de rendimento”, acrescentando que essa parcela podia ser “distribuída por outras actividades, mas, logo à cabeça, tirava rendimento ao agricultor”.*

*Segundo o ministro, “o grande desafio” que actualmente se coloca à política agrícola comum é “melhorar a equidade, não só entre os Estados-membros, mas dentro de cada Estado também”. ◀◀*